

**ATA DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE
CT-SAÚDE/CIF**

Aos dias vinte e dois de maio de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quatorze minutos, em formato híbrido, com sede presencial no Hotel Transamerica Fit Vitória Reta da Penha – Avenida Nossa Senhora da Penha, nº 2656 – Santa Luiza, Vitória/ES, e por videoconferência pela plataforma Teams, teve início a parte restrita da **73ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde – CTSAÚDE/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Pauta Geral - Restrita	
Pauta	Discussão
a) Apresentação dos presentes:	<p>O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, coordenador da Câmara Técnica de Saúde – CT-Saúde, iniciou a reunião dando boas-vindas e agradecendo à participação dos presentes. Houve registro dos participantes presenciais através da lista de presença em anexo e os participantes em formato virtual, registro: Ana Luiza Ramiro Benevute (Representante da Secretaria Municipal de Saúde de Mariana/MG), Andrea (Representante da Associação dos pescadores de Povoação), Alecksey Correa (Representante da auditoria externa da EY de Caratinga), Alessandra Setades (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais), Damiani Paolo Gomes Rocha (ATI ASPERQD), Eduardo Batista Poltraniere (Prefeitura Municipal de Linhares/ES), Eliane Gregório (membra da CT-SHQA e Representante do território de povoação do Foz do Rio Doce), Fabricio Thomaz de Oliveira Ker (Consultor OPAS / Referência Técnica Saúde Ambiental), Gabriela Porto (ATI/CAT), Isabela de Castro Oliveira (Superintendência Regional de Saúde de Ponte Nova), Iubirã (Comissão Territorial Da Comunidade Tradicional Povoação), Jaqueline Aparecida (Prefeitura Municipal de Barra Longa), Micheline Araújo Paiva (Coordenação de vigilância em saúde da Superintendência Regionnl de Saúde de Coronel Fabriciano), Roberto Antônio Luz (ATI/CAT), Vanessa de Paula Ferreira (Ministério da Saúde) e Wenner Shaday Tavares (Secretaria de Estado de Saúde de MG na Vigilância Ambiental).</p>
b) Aprovação da ata da 72ª RO da CT-Saúde:	<p>O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, coordenador da CT-Saúde, informou que a minuta da ata 72ª Reunião Ordinária foi enviada via e-mail para os membros, para as devidas contribuições e por isso solicitou dispensa da leitura da referida ata, visto que o documento é extenso e foi devidamente compartilhado. Houve manifestação pelo membro Jadilson que solicitou dilação de prazo para concluir a leitura da ata e contribuir com sugestões desta.</p>

	<p>O coordenador informou que com o consenso de todos os membros concederia o prazo solicitado para o membro Jadilson.</p> <p>Posteriormente, o coordenador informou que a ata 72ª da Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde ficaria para aprovação na próxima Reunião Ordinária.</p>
c)) Informes 76ª RO do Comitê Interfederativo:	<p>O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, coordenador da CT-Saúde, informou que na 76ª Reunião Ordinária CIF no ponto de pauta da CT-Saúde apresentou pedido de notificação pelo descumprimento da Deliberação nº 761/2024 do CIF, referente a Nota Técnica do Programa de formação e qualificação.</p>

Pauta dos GTs:	
Pauta	Discussão
a) GT-Planejamento:	<p>O Sr. André Carvalho Alcântara, representante da secretaria de saúde do Estado de Minas Gerais, relatou que foi realizada a 4ª Reunião Ordinária do GT-Planejamento do ano de 2024, e analisaram algumas questões de pauta geral e três planos de ação de saúde. Informou que ao longo do tempo vem deparando com algumas dificuldades para apoiar determinados municípios que estão precisando de auxílio personalizado para elaboração dos planos, e após a sugestão da membro Micheline, definiu que irão reservar um momento a partir dos próximos encontros do GT-Planejamento para atender de forma individual os municípios que solicitarem apoio. Informou que receberam na versão final o plano do município de Serra/ES, e após ter passado por várias correções, o plano foi aprovado pelo GT-Planejamento e Câmara Técnica de Saúde e segue para ser apresentado e aprovado pelo Comitê interfederativo.</p> <p>O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, coordenador da CT-Saúde, informou que o plano do município de Serra/ES é um plano muito bem elaborado, analisando pelo lado mais técnico, sempre existirá pontos que precisarão de melhorias, porém, acredita que o plano está apto para aprovação no Comitê Interfederativo e eventuais melhorias que o plano venha precisar, poderá ser realizado no momento de revisão do plano.</p> <p>A Sra. Eliane Ignotti, representante do Ministério da Saúde, informou que o formato do plano do município de Serra/ES apresenta breve relato das características do setor da saúde do município, os estudos realizados no município, os eixos, ações, objetivos e metas de modo bem elucidativo. Sendo assim, sugere que seja um modelo de apresentação de plano para os demais municípios que ainda não apresentaram os planos.</p> <p>O Sr. André Carvalho Alcântara, informou que analisaram o plano de Fernandes Tourinho e deliberaram que o plano não conseguiu apontar a</p>

estrutura e diagnóstico de uma maneira robusta que conseguisse apresentar uma análise situacional, e recebeu a sugestão da Sra. Eliane Ignotti, de apresentar como encaminhamento para a equipe técnica e receberem a análise institucional apta para os municípios terem um melhor direcionamento para fazer as ponderações, rever suas ações no plano para aprovação. Informou que analisaram o plano de Conselheiro Pena e é necessário fazer algumas correções obrigatórias e alterações para o plano ser aprovado e estarão enviando o ofício oferecendo apoio e agendamento de reunião para realizarem as correções necessárias no plano. Informou que a última pauta abordada refere-se das tratativas que precisam avançar nas questões dos impactos das decisões judiciais para o avanço dos planos, onde a coordenação continua trabalhando para conseguir uma agenda com IAJ, que tem competência para orientar como seguir administrativamente e judicialmente para exigir a execução dos planos.

A Sra. Simone Silva, representante dos atingidos da Barra Longa, informou que após levantamento realizado, o município de Iapu/MG possui mais de 200 atingidos.

O Sr. André Carvalho Alcântara, informou que o levantamento foi realizada após a participação da responsável técnica da área da vigilância ambiental informar que não tinha conhecimento das lideranças e de quantos atingidos o município possuía.

A Sra. Simone Silva, informou que na última reunião que ocorreu no município de Iapu/MG participou mais de 200 atingidos, e que a comunidade não tem entendimento dos direitos, portanto, solicitou que a Câmara Técnica de Saúde realizasse uma visita para explicar para a comunidade como funciona o plano de ação em saúde.

O Sr. André Carvalho Alcântara, informou que a Sra. Eline, responsável técnica da vigilância ambiental, relatou que foi procurada pela ATI para agendarem uma reunião e que a construção do plano de ação em saúde é novo para o município, mas estão dispostos para desenvolverem o plano.

O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, reforçou que uma das etapas obrigatórias para submissão do plano de ação em saúde é o município apresentar o plano para a comissão de atingidos, sendo necessário o município se apropriar do tema, saber quem são as comunidades e lideranças, para construção do plano em conjunto. Sugeriu a membro Simone, como representante dos atingido do Estado de Minas Gerais tentasse contato com as lideranças do município para criar um elo de aproximação, e por conseguinte, a Câmara Técnica de Saúde oferecerem apoio quanto as informações do plano e orientarem as lideranças a cobrarem do município um posicionamento da construção do plano.

O Sr. Rodrigo de Souza Leite, representante da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Doce, informou da relevância da membro Simone conseguir

	<p>aproximação com as lideranças do município de Iapu/MG, e enfatizou principalmente da importância e responsabilidade do prefeito e secretarias terem conhecimento do impacto que o territórios e comunidades sofreu com o rompimento da barragem, para propor as ações.</p> <p>O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, informou que um dos papel da CT-Saúde é propor aos municípios discursões, orientações, apoio e aproximação dos planos, mas é necessário que a gestão do município tenha conhecimento da realidade do território e do impacto das comunidades.</p> <p>A Sra. Simone Silva, informou que considera ser grave o município de Iapu/MG após quase 9 anos do rompimento, não ter informações de quem são e quantos atingidos o município possui, e essa situação traz um sentimento de abandono, visto que são essas pessoas que mais precisam de atendimento, portanto, reafirma da responsabilidade da CT-Saúde com essas pessoas de levar até elas o conhecimento dos seus direitos para terem o plano de ação em saúde.</p> <p>A Sra. Jóeci Lopes Miranda, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, relatou lembrar da dificuldade que tiveram com o município de reconhecerem que os atingidos estavam doentes, sendo necessário buscar amparo junto ao Ministério Público Federal, acredita que a realidade do município de Iapu/MG é a mesma, contudo a gestão do município não reconhece. Informou ainda, que acredita que a Câmara Técnica de Saúde tem a responsabilidade de ajudar essas comunidades.</p> <p>A Sra. Micheline Paiva de Araújo, representante da Superintendência Regional de Saúde de Coronel Fabriciano, informou que a comunidade é longe de onde passa o rio e aproximadamente 40km de distância da sede de Iapu/MG. Relatou ainda que e o mais próximo do rio é uma fazenda que no momento não existem mais moradores, e por essas circunstâncias o município teve dificuldade de identificar os atingidos.</p> <p>O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, informou que a Câmara Técnica de Saúde fará averiguação das informações dessa comunidade, e se aproximarão para dar andamento na implementação dos planos de ação em saúde.</p>
b) GT-Água:	<p>A Sra. Alice Rodrigues de Matos, representante da Superintendência Regional de Saúde de Governador Valadares, relatou que o primeiro ponto de pauta referiu-se a visita técnica realizada no Laboratório Bioagri em Piracicaba/SP no dia 25 de abril de 2024, e comparando com os laboratórios de Serra/ES e Belo Horizonte/MG que são laboratórios menores, e só realizam análises microbiológica e algumas análises físico-química, visto que todas as outras análises, são realizadas no laboratório de Piracicaba/SP que é um laboratório mais estruturado. Informou que na visita discutiram vários itens, e uma das principais discussões, é de como as amostras chegam no laboratório de Piracicaba/SP, e foram informados</p>

que as amostras não são identificadas com nome do local da coleta e o nome do município, desta forma, as análises são realizadas *a cego*. Informou que o segundo ponto de pauta é referente as decisões judicial das deliberações nº 551, 571 e 572. Informou que a deliberação nº 551 é relacionada aprovação do plano dentro do PG14, no qual solicitaram ampliação do escopo do PMQACH das análises, da produção dos boletins, dos relatórios e principalmente melhorias em outros pontos que estão fora da cláusula, e não apenas nas estações de tratamento de água conforme está na cláusula 171 TTAC, portanto, aguardam aprovação da ampliação do escopo, para as melhorias acontecerem, visto que, mesmo com a deliberação aprovada no PG14 do formato solicitado, a Fundação Renova ainda não aceitou. Em razão disso, solicitou ao membro Sérgio se possui alguma informação dessa decisão. Em resposta o Sr. Sergio Rossi, representante Ministério da Saúde, informou que houve uma decisão judicial determinando a revisão do escopo dos programas, e no prazo de 6 meses ocorrerá um outro processo de revisão, portanto, no momento é aguardar a SECEX notificar as Câmaras Técnica para consolidar todas informações e por seguinte iniciar o processo de revisão. Informou que estarão solicitando uma reunião com IAJ específica para tratar sobre as deliberações e decisões judiciais, para consolidarem um encaminhamento único com a IAJ.

A Sra. Alice Rodrigues de Matos, relatou que o terceiro ponto de pauta foi referente a SAA de Mariana/MG, em que o local da comunidade Ponte Gama era abastecida por caminhão pipa e possui um ponto de coleta dentro do PMQACH conforme a Fundação Renova, fizeram um SAA, mas acreditam-se que é um SAC, por não possuir um sistema de distribuição no qual entregaram para o município conforme os documentos e termo de compromisso. Informou que não se sabe certo em qual situação está funcionando esse abastecimento e distribuição de água para a comunidade, portanto, como encaminhamento solicitaram que a vigilância do município de Mariana realizasse inspeção sanitária para avaliar como é o novo local, se realmente existe o sistema de distribuição, quem são os responsáveis pela cloração, para posteriormente apresentar o relatório para o GT-Água avaliar e orientar o município e comunidade desse sistema de abastecimento entregue pela Fundação Renova.

A Sra. Ana Luiza Ramiro Benevenuto, representante da Secretaria Municipal de Saúde de Mariana/MG, informou que os encaminhamentos para realizar a inspeção sanitária já estão em andamento. Relatou que quando o termo de compromisso foi firmado e não houve participação de representante da saúde, sendo feito apenas entre a Fundação Renova, o representante da comunidade do Ponte do Gama, o prefeito e o SAAE.

A Sra. Alice Rodrigues de Matos, informou que o quarto ponto de pauta discutido, foi referente a outorga de Barra do Riacho e Vila do Riacho. Relatou que a membro Joéci solicitou alteração de dois nomes dos pontos de captação nos boletins e no PMQACH, e explicaram que esta alteração dependia do que constava na outorga. Informou que receberam um ofício constando as duas portarias de outorga, uma é a portaria nº 041 de 22 de abril de 2023 indica que a concessão de captação direta no Rio Riacho se encontra na região hidrográfica do Rio Riacho no município de Aracruz/ES, e a outra portaria nº 167 de 10 de novembro de 2022 onde tem a captação direta no córrego Joana, na região hidrográfica do Rio Riacho município de Aracruz/ES, visto isso, permanecerão colocando no boletins e no PMQACH que é o córrego Joana e Rio Riacho onde é abastecido a região do município de Aracruz/ES.

A Sra. Jóeci Lopes Miranda, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, questionou referente as outorgas serem tão recentes, uma vez que a captação ocorre antes dos anos 90, e logo após tantos questionamentos, somente agora tiveram conhecimento da existência dessas duas portarias de outorgas. Relatou que água vem diretamente do canal Cabloco Bernardo e o local do Rio Riacho foi transformado no canal Cabloco Bernardo. Informou que a água que chega nas residências estão sempre sujas, e a comunidade Barra do Riacho e Rio Riacho não estão tendo segurança para utilizarem a água.

O Sr. Ivan Brum, representante da Prefeitura de Resplendor, informou que após realizarem uma visita nas comunidades da Vila do Riacho e Barra do Riacho vários moradores disseram que a situação da água chegar suja nas torneiras é problema antigo, e acontece antes do rompimento da barragem. Informou que o papel da Câmara Técnica de Saúde é de apoiadora, não possuindo competência para dizer da veracidade de uma outorga. Orientou a membro Joéci juntamente com a comunidade da Vila do Riacho e Barra do Riacho procurar a secretaria de saúde de Aracruz e a empresa de abastecimento de água para esclarecimentos das outorgas, e caso não consiga avançar nessa temática, orientou procurar o Ministério Público.

O Sr. Carlos Roberto Brandão Locatelli, convidado e representante da Secretaria de Estado de Saúde do Espírito Santo, informou que em atendimento ao cronograma de expressões e as estações de tratamento de água realizou uma visita na comunidade Barra do Riacho e Vila do Riacho e verificou que as estações de tratamento de água continuam com mais reformas para as melhorias da qualidade de água. Informou que a representante da operadora orientou abrir um chamado para informar e registrar da situação da água com coloração indesejada, visto que até o momento não consta reclamações registrados nos pontos mencionados pela membro Joéci.

O Sr. Matheus Vinícius Costa Neto, representante da Secretaria de Estado de Saúde Minas Gerais, informou que a outorga emitida pela AGERH se baseia nas limitações da bacia hidrográfica e já são pré-definidas. Relatou que os órgãos gestores dessas bacias hidrográficas são os Comitês de Bacia Hidrográfica e sabendo que existe um canal artificial que liga duas bacias diferentes, orientou que a membro Joéci apresente para o Comitê de bacia hidrográfica esse conflito, pois eles podem pleitear essa alteração na delimitação hídrica junto ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

A Sra. Jaqueline Francischetti, representante do Ministério da Saúde, informou para ciência da membro Joéci, que os últimos boletins do PMQACH referente a ETA do Barra do Riacho do período de 11 de setembro de 2023 a 11 de janeiro de 2024, somente a campanha do 17 de outubro de 2023 a 16 de novembro de 2023 que apresentou inconsistências para trihalometanos, os demais parâmetros os resultados estão dentro da portaria e na outra ETA que é de Vila do Riacho, não houve nenhuma inconsistência nesse período monitorado.

A Sra. Alice Rodrigues de Matos, informou que o quinto ponto de pauta foi referente a SAA gesteira e convidou a membro Sra. Isabela de Castro para contextualizar o ponto de pauta.

Sra. Isabela de Castro Oliveira representante da Superintendência Regional de Saúde de Ponte Nova, informou que realizaram uma reunião online no dia 14 de maio de 2024 entre a regional nível central, secretaria do município e a membro Simone, para alinhamento do acompanhamento da coleta do SAA Gesteira, e o município relatou também da situação da SAA da Copasa referente a alteração da captação, e em conjunto elaboraram um ofício solicitando esclarecimentos pela alteração da captação sem a devida comunicação. Relatou que no dia 14 de maio de 2024 a regional compareceu até o distrito de Gesteira, e contextualizaram para a comunidade da coleta que realizaram para análise de qualidade da água e informou que a amostra da coleta foi encaminhada para o Laboratório Central do Estado – FUNED. Relatou que foram até o local para acessar pelo acesso principal o sistema simplificado que foi criado pela Fundação Renova, visto que em um outro momento já haviam questionado a Fundação Renova o motivo desse sistema está trancado. Informou que em resposta receberam um ofício, com a informação o acesso ao sistema se encontrava em manutenção, e estavam utilizando um acesso alternativo. Relatou que não foi visualizado qualquer manutenção no acesso ao sistema, portanto, conforme demonstrados nos relatórios e boletins, a insuficiência do cloro possivelmente decorre pela falta de tratamento da água. Sugeriu de compartilharem os documentos que estão recebendo da Fundação Renova com a secretarias município para unirem forças e avançarem nessas discursões.

A Sra. Simone Silva, representante dos atingidos da Barra Longa, agradeceu a Câmara Técnica de Saúde pelo posicionamento e empenho de sempre ajudarem aos atingidos. Informou que desde o ano de 2017 vem comunicando sobre as condições da água contaminada de Gesteira, sendo necessário a comunidade se unir para eliminar o poço, visto que a população estava cada vez mais adoecendo e morrendo, e estão respondendo criminalmente pela eliminação do poço. Relatou que após quase nove anos do desastre, considera um absurdo os atingidos não possuírem um protocolo em saúde. Informou ter relatado por diversas vezes da dificuldade no acesso ao sistema de tratamento que conseqüentemente também não possui tratamento. Sugeriu que seja construído um caminho por dentro da creche para facilitar o acesso ao sistema. Relatou que seguindo o encaminhamento da Câmara Técnica de Saúde, procuraram o Ministério Público e Defensoria Pública para resolverem a situação da contaminação de uma área de captação do SAA de Barra Longa e receberam como resposta que a responsabilidade é do município resolver com a Copasa, no qual discorda da resposta que recebeu, visto que a população e os atingidos tomaram todas as providências e não obtiveram retorno da Copasa. Informou continuar solicitando que o município de Barra Longa seja inserido no eixo 9, visto que estão consumindo água contaminada conforme os laudos.

O Sr. Matheus Vinícius Costa Neto, informou que esteve presente na reunião com o Dr. Felipe do Ministério Público e Defensoria Pública e foram informado pelo Dr. Felipe que seria quase impossível inserir o município de Barra Longa no eixo 9, mas que se esforçaria para conseguir pautar essa solicitação. Relatou que receberam a orientação de Dr. Felipe que a situação da contaminação de uma área de captação do SAA de Barra Longa tem que ser resolvido entre a vigilância do município e a Copasa. Relatou que aguardam a data da próxima coleta, para terem um maior embasamento para realizarem uma juntada de documentos que comprova a omissão da Copasa em fornecer o plano de amostragem, plano emergencial, plano de contingência, não liberação de laudos, laudos inconformes sem providências de soluções, para acionarem as instituições de justiça.

A Sra. Jaqueline Francischetti, informou que na Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água são vistas algumas questões por estarem contempladas no eixo 9, como é o caso de Gesteira. Relatou que a Fundação Renova implantou um novo sistema de tratamento de água, que é a situação que envolve a dificuldade de acesso ao local para tratar a água, assim, os laudos e os últimos boletins apresentam a problemática de ausência de cloro residual livre e a presença de coliformes e *Escherichia coli*, o que evidentemente esclarece que água não vem sendo tratada.

Relatou que a Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água foi convocada a manifestar referente essa situação e realizaram um ofício intercâmara com as informações dos problemas apresentados no PMQACJH, do não recebimento dos relatórios de operação assistida trimestrais e conclusivos e também o termo de recebimento da obra, por fim, solicitaram antecipação da audiência de conciliação de Gesteira.

O Sr. Sergio Rossi, representante Ministério da Saúde, sugeriu como encaminhamento, de informar detalhadamente através de um ofício ao Comitê Interfederativo das dificuldades que estão tendo com a Copasa referente a omissão de informações, acesso aos laudos, outorgas e demais documentos, solicitando ao CIF em apoio com os membros do Estado de Minas Gerais para um diálogo com a Copasa para solucionar esses problemas de omissão.

A Sra. Ana Paula Vitali, representante da Secretaria Municipal de Saúde de Colatina, informou que a regional irá apoiar na avaliação técnica dos documentos, visto que existem discordância de informações referente a entrega ou não da estação.

A Sra. Alice Rodrigues de Matos, informou que outro ponto de pauta foi referente ao ofício intercâmeras que fizeram sobre Itueta/MG e Resplendor/MG e solicitou que a membro Jaqueline Francischetti contextualizasse. A membro Jaqueline Francischetti informou que os municípios de Itueta/MG e Resplendor/MG estão contemplado no eixo 9, e se recusam em voltar a captar no Rio Doce para tratar a água para consumo, porque possuem muitas dúvidas dos parâmetros da água bruta, visto isso a Fundação Renova apresentou um plano de trabalho para execução de dois testes, por conseguinte, elaboraram um ofício intercâmaras com duas manifestações, uma referente ao plano de trabalho para execução dos testes apresentado pela Fundação Renova e a outra sobre o entendimento do périto ao plano.

A Sra. Alice Rodrigues de Matos, relatou brevemente referente os boletins do PMQACH dos resultados do período de setembro de 2023 a janeiro de 2024 e já se encontram disponível no site <https://www.saude.mg.gov.br/desastreperiodoce> e reforçou que estão coletando uma única vez ao mês. Informou que fizeram um ofício e será enviado para Fundação Renova referente uma inconsistência em Mariana/MG.

A Sra. Alice Rodrigues de Matos, informou que o último ponto de pauta foi referente ao ofício de Degredo que a Câmara Técnica de Saúde recebeu, com o pedido de solicitação de alteração de quatro pontos de coletas, portanto, fizeram um ofício que será enviado para a Fundação Renova informando que após deferimento do GT-Água, solicita as alterações nos quatro pontos de coletas.

c) GT-Estudos:	<p>O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, coordenador da CT-Saúde, informou que debateram a manifestação que precisam prestar ao Comitê Interfederativo referente a devolução dos Estudos de Avaliação de Risco do município de Linhares/ES, visto que, a Câmara Técnica de Saúde ficou na responsabilidade das tratativas de operacionalizar a devolutiva. Relatou que o membro Roberto Laperriere apresentou um documento indicando os caminhos para prestarem a devolutiva, mas que será necessário realizarem uma atualização no documento e definir algumas outras etapas. Informou que até o prazo definido pelo Comitê Interfederativo estarão enviando o documento com todas as atualizações e logo que for submetido ao juízo terão todas as tratativas para iniciar a operacionalização.</p> <p>A Sra. Agnis Marciano de Souza, representante da Prefeitura Municipal de Linhares/ES, solicitou a possibilidade de participar como ouvinte das próximas discussões do Estudos de Avaliação de Risco do município de Linhares/ES para socializar as informações com a secretaria do município.</p> <p>O Sr. Roberto Laperriere, representante da SESA/ES, informou que está no planejamento a previsão de incluir o município nas reuniões antes de apresentar a devolutiva na comunidade.</p>
d) Manifestação:	<p>O Sr. Sergio Rossi, representante Ministério da Saúde sugeriu definir alguns pontos de pauta para a próxima Reunião Ordinária. Informou como primeira sugestão acionarem o IAJ para participar da reunião na forma presencial ou online para discutir alguns temas, entre eles as decisões judiciais relacionada ao Plano de Ação em Saúde, início dos Estudos referente ao eixo 2 e orientação no PMQACH referente a revisão dos programas.</p> <p>O Sr. Sergio Rossi, relatou que na última reunião do Comitê Interfederativo foi apresentado pela ouvidoria várias situações graves de problemas e de questões relatadas pelo ouvidor. Informou que ouvidor relatou que existem muitas demandas de saúde reportadas e colocou à disposição para a Câmara Técnica de Saúde junto com a equipe da ouvidoria, construir, por exemplo, uma agenda voltada para a temática da saúde nos territórios. Relatou ser muito relevante e importante a sugestão da ouvidoria, visto que, daria um retrato mais apurado junto às comunidades e as populações dos territórios, dos principais problemas que eles estão enfrentando, relacionados à saúde.</p> <p>O Sr. Sergio Rossi, informou que os outros dois pontos de sugestão de pauta está relacionado Saúde Indígena e a Saúde das Populações Quilombolas e dos outros Povos e Comunidades Tradicionais e sugeriu agendar uma reunião com a Câmara Técnica Indígena e Povos Tradicionais, em virtude da pauta de Saúde para esses povos e essas</p>

	<p>comunidades também está sendo tratada de forma muito ruim, muito aquém daquilo que se deve fazer.</p> <p>O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, coordenador da CT-Saúde, informou que no final do ano de 2023 foi realizado uma intercâmera com Câmara Técnica Indígena e Povos Tradicionais no qual pontuaram alguns encaminhamentos, mas que não deram continuidade, portanto, considera muito importante esse encaminhamento de retomar uma agenda com a Câmara Técnica Indígena e Povos Tradicionais.</p> <p>O Sr. Sergio Rossi, informou que uma outra sugestão de pauta é a necessidade de estudarem a Deliberação n° 58 que refere-se a estruturação dos Planos em Ação de Saúde e também abrange muitas comunidades como por exemplo, Povos e Comunidades Tradicionais.</p> <p>A Sra. Jóeci Lopes Miranda, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, relatou que a Deliberação n° 58 abrange de Serra/ES a Conceição da Barra/ES, porém o município de Fundão/ES não foi citado, uma vez que será estudado a Deliberação n° 58, solicitou da possibilidade de requerer que seja inserido o município de Fundão/ES na Deliberação n° 58.</p> <p>Houve uma ampla discursão de informar a Fundação Renova para participar da próxima reunião, com objetivo de uma tentativa de uma nova aproximação respeitosa, objetivando tratar referente diversos encaminhamentos.</p>
Encaminhamento 1 -	A coordenação deverá encaminhar um Ofício da CT/SAÚDE/CIF para o IAJ – Instituto de Acesso a Justiça convidando para participar da próxima reunião para discutirem alguns temas.
Encaminamento 2 –	A coordenação deverá encaminhar um Ofício da CT/SAÚDE/CIF para o Ouvidoria para agendar uma reunião voltada para a temática da saúde nos territórios.
Encaminhamento 3 –	A coordenação deverá encaminhar um Ofício da CT/SAÚDE/CIF para agendar uma reunião com a Câmara Técnica Indígena e Povos Tradicionais.
Encaminhamento 4 -	A coordenação deverá encaminhar um e-mail para Fundação Renova informando a data da reunião e os pontos de pauta.

Pronunciamento dos atingidos:

Pauta	Discussão
<p>a) Fala livre dos atingidos:</p>	<p>A Sra. Eliane Gregório, representante do território de povoação do Foz do Rio Doce, informou dos impasses nos territórios de toda calha do Rio Doce com a saúde e das dificuldades que enfrentam com as doenças ocasionadas pela água contaminada. Relatou que todas as solicitações estão sendo judicializadas, visto isso, estará protocolando um ofício para Câmara Técnica de Saúde informando de toda a situação dos territórios com pedido de orientação e ajuda para conquistarem os direitos a saúde e água potável.</p> <p>O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, coordenador da CT-Saúde, informou que está a disposição para receber as demandas para serem discutidas no âmbito de competência da Câmara Técnica de Saúde para ajuda-lá.</p> <p>A Sra. Jóeci Lopes Miranda, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, agradeceu pela reunião maravilhosa e informou que apesar das dificuldades e das negativas das solicitações continuará lutando para conseguir almejar os objetivos e vitórias.</p> <p>A Sra. Simone Silva, representante da Comissão de Atingidos de Barra Longa/MG, sugeriu realizarem uma oficina de trabalho na região de Iapu/MG para orientar e apoiar as comunidades nos territórios referente aos Planos de Ação de Saúde. Relatou que pediu que a secretaria de vigilância em saúde relatasse a CT-Saúde o problema de foco de dengue que estão tendo no município de Barra Longa ocasionado pelo um projeto criado pela Fundação Renova denominado Quintal Saudável. Relatou que foi entregue aos moradores caixas de água para criação de peixes e para captação de água das chuvas, e não orientaram os moradores de como tratar dessas água nas caixas, visto isso, está causando grande foco de dengue, portanto, solicita que a Câmara Técnica de Saúde ajude tomar as providências necessárias com a Fundação Renova. Reforçou o convite para visita ao município de Barra Longa por parte do Ministério da Saúde e dos entes.</p> <p>O Sr. Sergio Rossi, representante Ministério da Saúde, em resposta a membro Simone informou que será levado para discussão no próximo grupo de trabalho a situação de Barra Longa referente a foco de dengue e o plano de ação do município, mas considerou que sem a provocação do município não seria possível agir por meios próprios. Informou da necessidade de solicitarem ao município de Barra Longa o detalhamento do plano de ação, do acordo judicial e da implantação do projeto da Fundação Renova, para realizarem um estudo específico e acionarem o Cômite Interferativo para andamento das ações. Informou que referente a visita ao município, estão organizando e buscando informações quanto a possibilidade de custeio para cumprimento do convite.</p>

A Sra. Jaqueline Aparecida, atingida do município de Barra Longa, informou que participou da reunião da CT-SHQA e relatou das dificuldades que o município e comunidades continuam enfrentando. Espanou que o SAA Gesteira foi entregue, mas permanece não sendo operacionalizada, dado a dificuldade ao acesso no sistema, no qual comprova que água não está sendo tratada, e essa situação continua causando insegurança na comunidade para consumir a água. Informou que posto tubular 2 do Gesteira foi uma implementação da Fundação Renova do PG32 para trazer melhorias, mas não está recebendo tratamento, conforme comprova o resultado 0,5 da coloração. Relatou que a comunidade Quilombola do Gesteira solicita acesso a transparência dos documentos comprovando que o poço passou por um estudo.

A Sra. Jaqueline Aparecida, finalizou sua fala informando que CT-SHQA estará enviando um ofício solicitando a participação da CT-Saúde em um reunião que estará presente a Fundação Renova, Técnicos das Câmaras Técnica, atingidos e comunidade e que conta com o apoio da CT-Saúde para ajudarem interpretar e entender os esclarecimentos da Fundação da Renova e apresentação de algum possível documento a ser entregue.

O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, agradeceu pela fala da Sra. Jaqueline e informou os assuntos relatados sempre vem sendo pauta de discussão na Câmara Técnica de Saúde e que os movimentos comentados na reunião passada de interface com a Copasa foram adotados e vários encaminhamentos serão realizados de retomada com a Fundação Renova. Relatou que será realizado um movimento via sistema CIF com relação da inclusão do eixo 9.

Às 13 horas e 33 minutos, do dia 22 de maio de 2024, o Sr. Lucas Marciano, finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.

Registro que a presente ATA foi aprovada na 74ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde, no dia 19 de junho de dois mil e vinte e quatro.